



## CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ

---

### PARECER LEGISLATIVO Nº

### – PROJETO DE LEI Nº 218/2025

**Ementa:** Projeto de Lei nº 218/2025 – Autoriza a criação do *Barra do Piraí Futebol Clube* como clube profissional do Município de Barra do Piraí. Exame de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Parecer favorável.

#### **Relatório**

Vem à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 218/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do *Barra do Piraí Futebol Clube*, a ser instituído como clube de futebol profissional, vinculado ao Município.

A proposição foi regularmente encaminhada à CCJ, nos termos regimentais, para exame quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, consoante o art. 32 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

#### **Análise Jurídica**

##### **1. Da competência legislativa**

A matéria insere-se na competência legislativa municipal (art. 30, I e II, da CF/88), por tratar de assunto de interesse local e de natureza administrativa, relacionada à promoção do esporte e lazer (art. 217 da CF/88).

A iniciativa é legítima, uma vez que envolve a criação de pessoa jurídica vinculada ao Município, o que é atribuição do Chefe do Poder Executivo (art. 61, §1º, II, “e”, da CF/88, aplicado subsidiariamente à esfera municipal).

##### **2. Da constitucionalidade material e formal**

A proposição observa os princípios constitucionais da legalidade, da moralidade administrativa e da finalidade pública, previstos no art. 37, caput, da CF/88.

Não há vício formal, pois o projeto foi apresentado pela autoridade competente e tramita regularmente conforme o processo legislativo previsto na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno.

##### **3. Da juridicidade**

A criação de entidade desportiva pública ou de economia mista é juridicamente possível, conforme o art. 217 da CF/88, que impõe ao Poder Público o dever de fomentar práticas desportivas formais e não formais.

A proposta está em conformidade com a Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), que regula as atividades esportivas profissionais e permite a constituição de clubes com personalidade jurídica própria.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI

### **4. Da técnica legislativa**

O texto do projeto observa os princípios da clareza, precisão e ordem lógica, previstos na Lei Complementar nº 95/1998, atendendo ao requisito de unidade temática e à estrutura formal de projeto de lei municipal.

Eventuais adequações redacionais podem ser feitas pela Comissão de Redação Final, sem prejuízo do mérito aprovado.

### **Conclusão**

Diante do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 218/2025, por não conter vícios de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, estando apto a seguir sua tramitação regular.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI

Elves Costa dos Santos

Vereador – Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luciana'.

Luciana de Oliveira Maciel de Almeida

Vereadora – Relatora da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Luiz Felipe de Paula Pinto

Vereador – Vogal Comissão de Constituição, Justiça e Redação